



RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL.

PROCESSO Nº 024/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

Objeto: Aquisição de pneus novos, câmaras de ar para os veículos da frota da Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas

I- DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE:

1.1. Trata-se de impugnação apresentada pela empresa AUTOLUK COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA., devidamente qualificada nos autos, em face do edital do Pregão Eletrônico em epígrafe.

1.2. A impugnante insurge-se contra exigência constante no Termo de Referência que condiciona a aceitação dos pneus à classificação mínima nas categorias “A, B ou C” nos requisitos de **resistência ao rolamento e aderência em pista molhada**, conforme etiquetagem do INMETRO (ENCE), nos termos da Portaria nº 379/2021.

1.3. Sustenta, em síntese, que:

- A exigência restringe a competitividade do certame;
- Não existem fabricantes que atendam simultaneamente às classificações exigidas para determinados itens;
- Tal condição afronta os princípios da isonomia e da competitividade previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021;
- Requer a exclusão da exigência de classificação mínima quanto aos referidos critérios

II - DA RESPOSTA

2.1. A exigência de classificação mínima na etiquetagem do INMETRO não se mostra ilegal ou desarrazoada, mas sim medida que visa resguardar o interesse público.

2.2. A Administração Pública possui discricionariedade técnica para definir os requisitos mínimos de qualidade dos produtos a serem adquiridos, desde que devidamente justificados e compatíveis com o objeto da contratação.

2.3. No presente caso, a exigência de classificação “A, B ou C” nos critérios de resistência ao rolamento e aderência tem como finalidade **assegurar maior segurança aos veículos da frota**



municipal, reduzindo riscos de acidentes, melhorando a eficiência operacional e promovendo economicidade a longo prazo.

2.4. Importante destacar que a exigência está fundamentada em critérios técnicos estabelecidos pelo INMETRO, não se tratando de exigência de marca ou origem, mas sim de padrão mínimo de desempenho. A medida está alinhada ao dever da Administração de zelar pela segurança dos usuários e pela adequada aplicação dos recursos públicos.

2.5. Ademais, a alegação da impugnante quanto à inexistência de produtos aptos a atender às exigências editalícias não restou devidamente comprovada, uma vez que se fundamenta em item (pneu 165/70 R13) que sequer integra o rol de produtos previstos no edital. Dessa forma, tal argumento revela-se impertinente e insuficiente para afastar a exigência estabelecida, a qual permanece plenamente aplicável aos demais itens efetivamente licitados.

2.6. Assim, não se verifica afronta aos princípios da competitividade ou da isonomia, mas sim o estabelecimento de requisito técnico mínimo compatível com o interesse público envolvido.

III - DA DECISÃO.

Face ao exposto, após análise e considerações apresentadas, é decisão do Pregoeiro **não dar provimento** a Impugnação ora apresentada, mantendo-se o Edital na sua íntegra, bem como a data da realização do certame.

Bocaina de Minas, 08 de abril de 2026

Thiago Donizette Silva
Pregoeiro